

TRABALHO INFANTIL E CONTEXTO SOCIOFAMILIAR: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS RESULTADOS DE UM ESTUDO RELATIVO ÀS INFÂNCIAS (PRE)OCUPADAS

Walter Ernesto Ude Marques¹

RESUMO

Este estudo levanta discussões acerca da realidade familiar de pequenos trabalhadores que atuam nas ruas do centro da cidade, considerando aspectos históricos e sociais, como também alguns pontos referentes aos possíveis comprometimentos das identidades dos membros familiares que dependem dessa estratégia de sobrevivência, já que crianças estão assumindo responsabilidades e tarefas que cabem aos adultos do grupo. O trabalho conclui com um apelo crítico à transformação dessa realidade, argumentando que exige revisões da sociedade quanto à maneira piedosa e generosa de olhar a pobreza e o trabalho infantil.

ABSTRACT

This study raises questions about the family reality of the children who work on the downtown streets, taking into consideration historical and social aspects and the identity problems of the family members who depend on this strategy to survive, since children have been given responsibilities and that should be taken by adults of the family. The research concludes that we have to change this reality, showing that the society has to review its merciful and generous way of (looking analysing to) poverty and children's work.

¹ Professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da UFMG.

INTRODUÇÃO

Este texto tem por finalidade divulgar as principais conclusões da minha tese de doutorado defendida no Instituto de Psicologia da UnB, em dezembro de 2000, intitulada *Infâncias (Pre)ocupadas: Trabalho Infantil, Família e Identidade*, na qual procurei discutir a realidade de algumas famílias que utilizam do trabalho infantil como estratégia de sobrevivência nas ruas do centro da cidade de Belo Horizonte (MG), abordando níveis tanto da organização interna dos papéis familiares quanto das suas relações com contextos sociais mais amplos, como: escola, comunidade, agências de políticas públicas, transeuntes das ruas da cidade e demais redes de convivência. Trata-se de uma iniciativa que visa compartilhar reflexões construídas a partir dos resultados encontrados no estudo realizado, com vistas a contribuir para o debate de uma temática que nos desafia a séculos. Sendo assim, passo, em seguida, ao relato dos achados da pesquisa.

O exame da bibliografia sobre a realidade do trabalho infantil no contexto brasileiro revelou que existe um volume considerável de trabalhos produzidos sobre essa questão. No entanto, a maioria dos estudos dão ênfase aos aspectos jurídicos, econômicos e demográficos relacionados ao assunto em detrimento dos níveis simbólicos, culturais e históricos presentes nessa configuração. Na verdade, não foi localizado nenhum texto relevante que destacasse os significados históricos e sociais das representações, das imagens, das concepções, dos valores e das idéias que participam da manutenção, da exploração e do uso da força de trabalho de crianças na nossa sociedade. Curiosamente, em contrapartida, há um número razoável de textos que levantam discussões acerca da importância de se atentar para os níveis simbólicos que contribuem para que a criança ainda seja vista num lugar de subjugação social, sendo que baseiam-se, principalmente, na iconografia e na antropologia cultural para argumentarem suas defesas. Porém, esse tipo de debate não se mostrou incluído nas pesquisas dedicadas ao trabalho infantil.

Outro ponto observado foi a maneira fragmentada de focar o tema; ou seja, centralizam-se os questionamentos e as propostas privilegiando o discurso das crianças e dos adolescentes, sem considerar seu tecido social mais amplo. Refiro-me às relações familiares, escolares, comunitárias e culturais que compõem o universo desses sujeitos. Dessa forma, ao dar exclusividade aos pequenos trabalhadores como único foco das suas

pesquisas e das suas políticas sociais, este tipo de produção acaba reforçando a permanência desse quadro, já que não se desencadeia uma compreensão sistêmica deste processo complexo e que é construído em rede. As investigações realizadas apontam claramente que nos bastidores desse enredo situam-se famílias em precárias condições de vida. Sendo assim, o problema não se circunscreve apenas à infância trabalhadora, mas revela-se em extrema conexão com as demais dimensões que constituem a realidade sociofamiliar e social mais ampla destes sujeitos. E, no âmbito do objeto desta investigação, ficou destacada a contextura das relações familiares relacionadas ao tema e aos vínculos afetivos primários (NOLASCO, 1995; SILVEIRA, 1998; KALOUSTIAN, 1994).

Quanto aos trabalhos científicos voltados para as famílias brasileiras, pôde-se constatar situações semelhantes, pois boa parte deles detêm-se em visões que, predominantemente, focalizam dimensões materiais e econômicas dos fenômenos familiares, sem dar muita atenção aos níveis simbólicos que compõem o estabelecimento de papéis, atribuições, valores, responsabilidades e funções no contexto sociofamiliar (SARTI, 1995 e 1996; e FONSECA, 1995). Por outro lado, alguns autores também alertam que torna-se necessário que as políticas públicas de atendimento às famílias não se restrinjam aos domicílios desses grupos, mas que procurem articular organizações governamentais, não-governamentais e comunitárias que, direta ou indiretamente, participam da vida do meio familiar, como escolas, associações de bairro, postos de saúde, centros de convivência, grupos de auto-ajuda e grupos culturais (CARVALHO, 1995; SZYMANSKI, 1995). Contudo, nota-se que no campo da terapia familiar diversos trabalhos e estudos estão sendo desenvolvidos no que refere à realidade da família brasileira (MACEDO e SOUZA, 1996; CERVENY, 1996; e GRANDESSO, 2000).

Diante dessas evidências, este estudo procurou verificar as imagens, os significados, as alegorias, as idéias e as representações que freqüentavam as mediações simbólicas que ocorriam no cotidiano dos pesquisados. Com essa observação, ressalta-se que não foram desprezadas as condições econômicas e materiais das famílias dos pequenos trabalhadores aqui estudadas. Para isso, destaco a importância de um olhar histórico e social para tentar dar conta dessas questões, aliado a uma abordagem hermenêutica de interpretação dos aspectos ideológicos do campo simbólico, tal como adotado neste trabalho.

Considero que os resultados provocados por esta pesquisa, na medida em que propõe uma abertura para uma interpretação incluindo o mundo simbólico provocado no pesquisador, foram surpreendentes e reveladores da complexidade que envolve a realidade do trabalho infantil, tanto no que se refere ao lugar dessa atividade no nosso contexto sociocultural quanto à função que desempenha na organização familiar de pessoas que dependem dessa estratégia de sobrevivência. Interligam-se na análise realizada o individual e o social, num movimento que leva ao avanço da compreensão do trabalho infantil enquanto objeto complexo que se amplia em sua própria natureza. A compreensão da realidade sociofamiliar nos permitiu um novo caminho, integrando os diversos aspectos da questão, numa óptica sistêmica integradora entre o mundo pessoal e o universo social mais amplo.

A perspectiva hermenêutica assumida permitiu, assim, a consideração de aspectos históricos e sociais da dimensão familiar enquanto realidade implicada na questão do trabalho infantil do ponto de vista da intersubjetividade familiar. Destacam-se, nesse sentido, as representações patriarcais de mãe/cuidadora e pai/provedor, vinculadas aos papéis familiares, e as imagens de uma “mãe glorificada” associada à díade “Nossa Senhora e Menino Jesus”, objetos da piedade alheia, no contexto desta atividade de sobrevivência utilizada pelas famílias pesquisadas.

Essa leitura do trabalho infantil enquanto objeto complexo possibilitou o desenho inicial deste estudo, que se configurou na seguinte construção de categorias norteadoras: trabalho infantil, família e identidade. O conceito de identidade, compreendido como de natureza interdisciplinar, apareceu como elemento balizador que se interpôs entre família, infância e trabalho. O estudo visava examinar a seguinte hipótese inicial: A inversão de papéis familiares entre adultos e crianças, no contexto de famílias que dependem do trabalho infantil, pode comprometer as identidades dos sujeitos envolvidos nessa trama social. Nesse sentido, a opção por uma perspectiva dialética do conceito de identidade (CODO, 1997; CIAMPA, 1989 e 1990; e SAWAIA, 1999) possibilitou reconhecer diferentes níveis de contradições entre os distintos personagens que interagem nesse cenário: compradores/doadores, pequenos trabalhadores/vítimas, mães/chefes de família, pais desempregados e genitores que circulavam por diferentes grupos familiares, dentre outros aspectos.

Essa construção preliminar orientou meu estudo desde sua concepção inicial, sendo que a própria essência da problemática investigada foi sendo construída no decorrer da trajetória do pesquisador. Antes de entrar de

forma mais definitiva no trabalho de campo específico desta pesquisa, além dos referenciais bibliográficos levantados, contei com minha experiência profissional, que durante quase duas décadas caracterizou-se por trabalhos junto a crianças e adolescentes em situação de risco, em diferentes instituições e centros educacionais. Nesse sentido, tanto as práticas sociais que já compartilhei em trabalhos realizados com populações infanto-juvenis na favela e nas ruas do centro da cidade quanto aquelas referentes aos sistemas fechados de atendimento tornaram-se elementos substanciais para o traçado da metodologia de pesquisa desenvolvida neste estudo. Isso mostrou-se mais evidente quando dei início às primeiras tentativas de inserção no território delimitado para a efetivação desta pesquisa, já que pude valer-me das minhas redes de amizade e de ex-colegas de trabalho nas comunidades da Regional Leste da cidade de Belo Horizonte, onde esta investigação científica foi efetuada.

Dessa forma, a inclusão da realidade familiar de pequenos trabalhadores que atuam nas ruas do centro da cidade de Belo Horizonte, tendo em vista a organização de papéis e aspectos histórico-culturais que participam dessa configuração, objetivou a consolidação de um olhar que revelasse alguns pontos significativos da complexa rede de relações que participam dessa trama. Com esses propósitos estabelecidos, iniciei meu trabalho de pesquisa por meio da técnica de observação de campo, primeiramente visitando determinados grupos e representantes das comunidades citadas acima. Para isso, fiz uma espécie de “colagem” junto àqueles “informantes privilegiados” que pudessem facilitar meu acesso às famílias que utilizam-se dessa estratégia de sobrevivência. Em seguida, dirigi-me às ruas do centro da cidade para conhecer a dinâmica relacional dessa atividade, sendo que nos primeiros contatos apoiei-me na presença de um informante chave para esta pesquisa, que, além de ter sido um pequeno trabalhador de rua durante a sua infância, representava uma figura de confiança para os pesquisados. Confesso que seu aval foi decisivo para a concretização deste estudo.

Minha entrada no campo de pesquisa foi delimitada pelas hipóteses iniciais levantadas, as quais orientaram as observações realizadas. No entanto, estive aberto ao surgimento e à construção de novas hipóteses. A convivência com o fenômeno, os registros etnográficos, a bibliografia consultada de forma simultânea e as leituras e releituras exaustivas do material coletado permitiram-me identificar algumas situações inusitadas, como o aparecimento de imagens, representações, alegorias, concepções e

idéias em relação à criança pobre, à mulher/mãe desse pequeno trabalhador e às trocas materiais e simbólicas presentes neste cenário do trabalho infantil, entre outros aspectos. Nesse sentido, a coleta de dados não foi tratada como um momento separado da interpretação, mas como processos concomitantes e complementares. Como salienta REY (1999), a investigação qualitativa não se atém a um foco central, mas age seguindo as necessidades e demandas que se criam no próprio processo de construção do conhecimento, com vistas a abarcar, de uma maneira mais abrangente, a complexidade do fenômeno estudado.

Diante da identificação de uma série de questões representativas para este trabalho de pesquisa, montei o roteiro das entrevistas de profundidade. Nesse desenho metodológico, as observações serviram como guias para as entrevistas realizadas. Um dos importantes critérios revelados para a aplicação desse instrumento foi a constatação de dois tipos distintos de organização familiar nesse contexto: a) aquelas famílias em que os pequenos trabalhadores funcionam como os principais “provedores” do grupo; e b) aquelas em que o trabalho infantil complementa a renda familiar. Todos os membros familiares foram entrevistados, com exceção de dois pais, que se mostraram envergonhados em falar da dependência dessa estratégia de sobrevivência para a manutenção das suas famílias. Contudo, esse último dado foi acolhido como mais um indicador que dizia algo sobre a distribuição de papéis familiares nessa configuração.

A partir das entrevistas realizadas, foi evidenciado outro aspecto significativo para este estudo; ou seja, a maioria dos pais, das mães, dos avôs e das avós já haviam trabalhado nas suas infâncias, no campo ou na cidade. Essa evidência levou-me a recorrer à construção de genogramas junto a essas famílias, levando em consideração os dois tipos distintos de organização familiar mencionados no parágrafo anterior. Nos instantes compartilhados durante a elaboração do desenho gráfico das histórias familiares, juntos constatamos ser o trabalho infantil uma estratégia transgeracional de preservação das famílias, transmitida por, pelo menos, três gerações consecutivas.

Além desses instrumentos, recorri à coleta de redações, com o título sugestivo *Ser Criança*, como tentativa de criar alguma possibilidade de expressão para os pequenos trabalhadores quanto à compreensão e à visão que apresentam referentes a esse momento do ciclo da vida. Tal procedimento trouxe aspectos da subjetividade dessas crianças que lidam com níveis de tensão situados entre a necessidade de viver seu mundo

lúdico, próprio desse período da vida do ser humano, e os sacrifícios e as imposições do trabalho infantil. Em suma, as mensagens deixadas nas suas composições escritas podem ser traduzidas no seguinte enunciado *Ser Criança: brincar, estudar e ter futuro*.

Todas essas técnicas foram utilizadas como recursos complementares para tentar compreender os diferentes elementos e momentos que emergiam no decorrer da construção desta pesquisa, com vistas a buscar conexões e situar contradições que pudessem dar uma maior visibilidade aos imbricados processos que participam de um debate que se propõe a indagar sobre trabalho infantil, família e identidade. Com este propósito, foram investigados, além dos aspectos familiares propriamente ditos, o cotidiano dessas crianças, as possíveis lacunas provocadas pela experiência do trabalho infantil, as condições das moradias dessas famílias, os vínculos comunitários, a relação com os fregueses dos bares e demais frequentadores das noites no centro da cidade, o significado da escola na vida desses sujeitos e a representação das políticas sociais voltadas para esse tipo de população. Enfim, essas interfaces foram pesquisadas com o intuito de evidenciar que as questões relativas ao trabalho infantil não podem ser tratadas apenas de uma maneira circunscrita à infância, mas dilatada para os demais contextos sociais e históricos que constituem a sua configuração.

Quanto à interpretação e à análise do material coletado, avalio que o desenho desenvolvido pela metodologia traçada possibilitou efetivar, com certa fluidez, a “costura” dos entrecruzamentos construídos, permitindo enlaçar os fios e enfrentar os desafios encontrados neste campo de pesquisa, não só pela sistematização dos registros, via Programa ALCESTE, por exemplo, mas pela improvisação, pela flexibilidade, pela intuição e pelo esforço realizado. Aliado a isso, destaco as contribuições da hermenêutica na interpretação dos aspectos simbólicos; das abordagens conceituais da teoria sistêmica quanto ao estudo das relações verificadas entre os diferentes subsistemas familiares (parental, conjugal, filial, fraternal, etc.); do enfoque histórico e social dado às categorias família, infância e trabalho; e da perspectiva dialética do conceito de identidade, as quais foram fundamentais para a efetivação dos resultados conseguidos neste trabalho.

QUANTO AOS TRÊS EIXOS REVELADORES APONTADOS PELO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE

Três eixos reveladores nortearam a construção deste estudo. *Primeiro*, o modelo nuclear patriarcal mostrou-se hegemônico entre as famílias pesquisadas, revelando-se como o padrão “ideal”, segundo o imaginário dos sujeitos. Contudo, diante da impossibilidade de realização desse modelo dominante, recorrem ao trabalho infantil enquanto estratégia de sobrevivência familiar. *Segundo*, a criança, frente à tarefa de servir de provedora da família ou de funcionar como um membro familiar que tem a responsabilidade de trabalhar para complementar a renda do grupo, sacrifica sua necessidade ontológica vital para *Ser Criança*, ou seja: *brincar*, assinalando suas perdas nesse sentido. *Terceiro*, as contradições entre a família idealizada e a família vivida revelaram lacunas quanto à falta do pai e aspectos da dinâmica intergeracional de transmissão do trabalho infantil nesses grupos. Quanto aos eixos revelados, apresento nos próximos parágrafos alguns achados do estudo efetuado.

O *primeiro eixo* apontou que o modelo nuclear patriarcal se fez hegemônico no imaginário desses sujeitos enquanto padrão de convivência familiar idealizado, porém a realidade cotidiana demonstrou que a organização do grupo se dá de forma distinta. Dentro da visão patriarcalista encontrada, os pais são concebidos como os principais “provedores” da família, e à mãe cabe o papel de cuidadora afetiva do lar e da prole. Contudo, o que existe efetivamente são pais desempregados ou subempregados, sendo que a maioria deles estava ausente do convívio familiar e das obrigações paternas, inviabilizando a consolidação desse modelo idealizado. Na falta desse pai/provedor, as crianças são deslocadas para ocuparem a função de mantenedores do grupo. Essa foi a justificativa mais utilizada pelos entrevistados para explicar a necessidade do uso do trabalho infantil nesse contexto: “*Na falta do pai, é preciso ajudar a mãe.*”

Esse deslocamento de papéis, tarefas e atribuições, como foi verificado, demonstrou um distanciamento entre o modelo idealizado e o modelo vivido. Por outro lado, a impossibilidade de realização de um padrão idealizado segundo a ideologia dominante tornou-se um argumento que justifica a utilização do trabalho infantil como meio de subsistência familiar. Além disso, o fato de a criança não viver sua infância de forma plena assinalou, também, que os pais e as mães encontram dificuldades para

exercer suas funções parentais. Esses sacrifícios de uma identidade que não se cumpre plenamente tomou uma dimensão transgeracional, transformando-se numa circularidade que se repete na história das famílias pesquisadas, conforme apresentado nos genogramas construídos. Ou seja, estabeleceu-se uma organização familiar que funciona de maneira paradoxal: trata-se de “uma falta a ser mantida” para que o grupo seja preservado. *Diante da dinâmica familiar instalada e das condições sociais que essas famílias enfrentam, como poderiam romper com esse ciclo repetitivo que permanece por mais de uma geração nesses grupos?*

Nesse sentido, penso que os trabalhos sociais que atuam nesse campo de ação poderiam contribuir, por meio da criação de espaços interativos de conversação que tentariam rever essas idéias patriarcais no seio desses grupos familiares, com vistas a alterar esta forma linear de compreender as relações entre as figuras parentais. Tal postura trabalharia numa perspectiva de constante desconstrução daquelas narrativas que procuram sustentar modelos e papéis prescritos, criando possibilidades para novas alternativas de convivência que aproximariam o mundo idealizado e o mundo vivido pelos sujeitos, articulando, no nível pessoal, um sentido subjetivo, e, no aspecto social, um significado para suas vidas de forma co-construída (SLUZKI, 1997; COSTA, 1999; e GRANDESSO, 2000).

Foi verificado também que esses grupos utilizam estratégias para vender seus produtos e para sensibilizar a piedade dos compradores/doadores, indicando assim que o trabalho infantil representa uma atividade que contém um misto de trabalho e mendicância. Dentre as estratégias observadas, foram identificadas ora brincadeiras com os clientes, ora postura respeitosa no trato com o freguês e com o ambiente dos restaurantes, ora queixas em relação à falta de alimentos em casa, e, ainda, o uso de frases com rimas durante a oferta da mercadoria, o apelo à piedade alheia, como também a insistência como um mecanismo que tenta vencer a resistência do cliente. Contudo, ocorria uma certa confusão entre a realidade e essas retóricas estratégicas utilizadas, pois, na maioria das vezes, essas famílias estavam passando necessidades em casa, como falta de gás, alimentação, vestuário, material escolar, etc. Na verdade, aprenderam a “viver o dia”, ou seja, come-se amanhã o que se ganha hoje. Quanto aos clientes, suas respostas a essas estratégias oscilavam entre a filantropia, a piedade, a solidariedade até a rejeição.

Nessas trocas, emergiram elementos simbólicos significativos que mediavam essas relações entre as mães, os pequenos trabalhadores e os

clientes, pois estavam ali presentes valores associados ao sentimento religioso de infância e de família, próprios da nossa cultura judaico-cristã. Refiro-me aqui, especificamente, às imagens de “Nossa Senhora” e do “Menino Jesus”, vinculadas às figuras dessas mães junto de seus filhos pequenos e com crianças no colo nas ruas do centro da cidade. Nesses momentos, um olhar hermenêutico mostrou-se fundamental para se tentar compreender aquelas alegorias, narrativas e seqüências simbólicas que compareciam diante de mim (pesquisador).

Junto a isso, ainda foram relatadas diversas situações de risco que acontecem durante essa atividade noturna. As declarações coletadas indicaram que os pequenos trabalhadores e seus familiares expõem-se a constantes constrangimentos físicos e morais, já que, segundo eles, deparam-se com as seguintes circunstâncias: tentativas de rapto e estupro, oferta de drogas, prostituição infantil, assaltos, furtos, assédio sexual, atropelamentos, humilhações, cansaço e agressões físicas provenientes de diferentes personagens. A constatação dessas formas de violência comprovou, mais uma vez, que não se pode banalizar a realidade enfrentada por essas crianças submetidas ao trabalho infantil, pois afetam aspectos do desenvolvimento físico, afetivo, moral e intelectual de seres em pleno processo de formação humana.

Outra categoria de análise emergente refere-se ao Programa Bolsa-escola, administrado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que visa contribuir para a erradicação do trabalho infantil e a manutenção de todas as crianças na escola, fornecendo uma ajuda equivalente ao valor de um salário mínimo. De uma maneira geral, as apreciações das mães e dos pais em relação a esta política social dividiram-se em duas posições distintas.

Primeira, trata-se de uma proposta que traz alguns benefícios para a família, mas também pratica mecanismos controladores que invadem a privacidade familiar. Quanto a essa vigilância doméstica, as mães compararam a intromissão dos agentes municipais à postura autoritária dos ex-maridos machões, mostrando-se como algo que indica uma visão patriarcal de lidar com mulheres/chefes de família. As principais queixas nesse sentido referiam-se à intervenção no destino a ser dado no gasto desse recurso no orçamento familiar. As prioridades do grupo divergiam das medidas estabelecidas por esse projeto governamental.

Segunda, algumas crianças deixaram de trabalhar nas ruas e outras diminuíram sua carga horária de trabalho infantil a partir dessa ajuda governamental. Essas contradições apontaram que a formulação das

políticas públicas voltadas para esses grupos familiares precisa passar por algumas revisões. Não foi constatado durante o estudo nenhuma proposta efetiva para os pais e para as mães que, realmente, propiciasse qualificação profissional, encaminhamento a trabalho e alguma forma alternativa rentável, do tipo cooperativas de produção e outras formas de economia popular solidária. A mesma situação foi verificada por parte dos adolescentes, não existe uma política incisiva nessa direção que atenda aos seus anseios. Esse quadro de desqualificação profissional e de uma falta de perspectiva de um futuro promissor, assinalado pelos adultos e pelos jovens dessas famílias, foi indicado como mais um motivo para se recorrer à estratégia de utilização da mão-de-obra infantil, para tentar-se garantir a sobrevivência grupal.

A exigência da criação de condições sociais que alterem esta realidade tornou-se mais visível ainda quando indaguei esses sujeitos sobre o significado que atribuíam ao *Ser Criança* e as perdas provocadas diante das obrigações do trabalho infantil. O brincar foi indicado como necessidade ontológica vital para o *Ser Criança*, mostrando-se como o *segundo eixo* destacado nesta pesquisa. Contudo, a extensa carga horária de trabalho que enfrentam, principalmente nos finais de semana, mais as tarefas escolares acabam invadindo seus tempos e espaços lúdicos necessários a esse ciclo de vida. Nesse aspecto, a escola foi apontada também como elemento cerceador dessa atividade fundamental para a criança. As poucas chances de tempo livre que teriam no ambiente escolar acabam sendo transformadas em momentos disciplinares. Porém, esses pequenos trabalhadores tentam resistir a essas formas de controle presentes na escola e no mundo do trabalho, pois sempre criam brincadeiras naqueles intervalos em que os olhos das professoras e das mães distraem.

Entretanto, a escola foi defendida por todas as crianças enquanto um valor social e cultural importante. Porém, sugeriram que deveria ser um lugar em que, além da livre expressão, as pessoas pudessem conversar sobre as coisas que ocorrem no mundo e na qual aprenderiam coisas importantes para se ter um futuro melhor. Os adolescentes confirmaram essa posição dos pequenos alunos trabalhadores e revelaram sofrimento e dificuldades pelas lacunas deixadas pelo tempo ocupado com o trabalho infantil nas suas vidas. Queixavam-se não só da defasagem escolar provocada por essa experiência mas, também, do desconhecimento da alegria de se ir para um passeio no parque num dia de domingo à tarde, ao cinema, ou a festas de adolescentes; enfim, de conhecer uma noite livre nos finais de semana. Afinal, o lazer

representa um direito de cidadania, desenvolve no sujeito um sentido de pertencimento cultural e de participação na vida lúdica do seu grupo, os quais são fundamentais para a expressão do seu mundo imaginário e para o incremento da sua criatividade e da sua inventividade.

As sobrecargas físicas e mentais presentes no trabalho infantil também foram assinaladas como componentes que comprometem o desenvolvimento dessas crianças e desses adolescentes que vivem ou viveram nessa situação, já que nesse tipo de infância dorme-se pela manhã, estuda-se à tarde e trabalha-se nas noites e nas madrugadas. Juntamente com isso, a humilhação, a oferta de drogas, os furtos e os assaltos sofridos, como os demais constrangimentos físicos e morais enfrentados por esses sujeitos, representam circunstâncias de extrema vulnerabilidade para que sejam incluídos na marginalidade. Não é à toa que as mães ficam sempre vigilantes nas esquinas das ruas para tentar proteger seus filhos e suas filhas de quadros de violência. Essas experiências negativas passam a compor, de maneira precoce, a auto-imagem desses pequenos trabalhadores, atingindo a constituição das suas identidades enquanto seres humanos dignos do respeito de outrem e como crianças cidadãs alvo de proteção da família, da sociedade e do Estado, como defende o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As falas das crianças e dos adolescentes demonstraram a necessidade de ouvi-los quanto aos seus desejos e sonhos, quando se trata da construção social de propostas educativas, culturais e profissionalizantes que possam atendê-los, na expectativa de que, num tempo próximo *Ser Criança* realmente signifique brincar, estudar e ter futuro. Sendo assim, observa-se, novamente, que as políticas públicas não podem ficar restritas à temática do trabalho infantil, isolada de questões como o lazer, a família, a saúde, a educação, dentre outras circunstâncias sociais, pois há uma série de fatores interagindo junto a esse fenômeno social de natureza reconhecidamente complexa.

O *terceiro eixo* revelado apresentou pontos complementares interessantes em relação aos dois eixos comentados anteriormente. Nesse sentido, destacou-se a contradição existente entre a família idealizada e a família vivida no cotidiano desses grupos pesquisados. Mais uma vez, o modelo patriarcal mostrou sua força ideológica quanto ao estabelecimento de padrões fixos de convivência neste ambiente doméstico. Por outro lado, na impossibilidade de realização desse modelo "ideal", o trabalho infantil, além de contribuir para a sobrevivência das famílias, como já foi assinalado,

representa um valor moral para os familiares e faz parte da educação dos filhos e das filhas. Nesses momentos, reproduziam a argumentação presente no senso comum de que: *“É melhor criança trabalhar do que roubar.”*

Um exame mais detido sobre a organização de papéis desta dinâmica familiar mostrou ambigüidades em relação à falta do pai, pois, apesar de queixarem com certo rancor sua ausência ou sua omissão, sempre era evocado utilizando-se a denominação “pai”. Nesse sentido, representava aquela figura simbólica importante que se interpõe entre a mãe, os filhos e as filhas. Contudo, não reclamavam apenas da sua falta enquanto principal “provedor” da família, mas cobravam, também, sobre seu lugar educativo no lar, enquanto necessidade do contato afetivo com sua pessoa.

Por sua vez, ficou evidente que o não cumprimento desses papéis patriarcais atribuídos ao pai transformou-se em mais uma estratégia e em mais uma justificativa para a utilização do trabalho infantil, amparadas no que denominei na “fatalidade da falta do pai”. Nesse aspecto, tanto as crianças e os adolescentes quanto as mães e as avós argumentavam que o uso desse recurso ocorria devido à falta desse pai idealizado. No entanto, outra faceta emergiu nessa rede imbricada de representações familiares: as mães, ao serem concebidas como únicas cuidadoras do lar, em associação ao mito da “fragilidade feminina”, conforme esse imaginário social, encontravam uma certa legitimidade para provar sua inocência na exploração dessa força de trabalho familiar. Porém, observando suas vidas cotidianas notei, na verdade, que são sobrecarregadas com dupla jornada de trabalho, já que exercem inúmeras atividades no lar e assumem a responsabilidade de organizar a sobrevivência do grupo, por meio do trabalho infantil nas ruas, já que acompanham seus filhos e suas filhas nas noite e nas madrugadas, para protegê-los e administrar as vendas.

Essa dedicação das mães mostrou-se mais ressaltada ainda quando os filhos e as filhas falaram da função materna na família. A grande maioria dos participantes manifestaram sentimentos de carinho e de ternura em relação às suas mães. Alguns expressaram gratidão, nesse sentido considerando que sem ela estariam desfiliaados. Aqui, revelou-se que a vida familiar representava um valor fundamental para sentirem-se incluídos num grupo de pertença. Esse aspecto evidenciou uma contradição intrínseca presente neste fenômeno; ou seja, ao mesmo tempo em que sacrificam as crianças em nome do grupo familiar, estão preservando a família – contexto fundamental da socialização e matriz da identidade da criança.

Ao recorrer ao genograma enquanto técnica complementar para tentar compreender os componentes intergeracionais presentes nessa configuração, confirmou-se o fatalismo de como essas questões são tratadas no seio familiar. Várias explicações circulares se repetiram, como: *"falta do pai"*, *"no meu tempo era pior"*, *"melhor trabalhar do que roubar"*, *"essa casa eu tirei da rua"*, etc. Apesar de tentarem construir alternativas diante das dificuldades econômicas enfrentadas pelo grupo, permanecem dependendo do trabalho infantil como forma estratégica de sobrevivência familiar, sugerindo a transmissão não só de uma fatalidade familiar mas também de uma dívida anterior, cobrada de forma inconsciente, devido aos sofrimentos vividos nos trabalhos infantis realizados pelos avôs, avós, tios, tias, mães e pais, no campo e na cidade. Essa frase auto-explicativa *"no meu tempo era pior..."* indica como o fenômeno, realmente, apresenta uma perspectiva transgeracional.

"Os genogramas construídos assinalaram que as famílias chefiadas por mulheres apresentavam maior número de pequenos trabalhadores. Nesse sentido, este tipo de organização familiar revelou-se como mais um fator de risco para a utilização do trabalho infantil como estratégia de sobrevivência grupal. Outro elemento importante demonstrado foi que nas famílias que residem no meio urbano ficou notória a predominância do uso desse recurso estratégico em relação aos familiares que viviam na área rural, já que boa parte delas eram oriundas do Norte de Minas Gerais, uma das regiões mais pobres do país. Acrescido a isso, constatou-se que os grupos familiares mais numerosos são mais propícios ao surgimento dessa atividade. Porém, não significa que a leitura dos resumos gráficos delineados mostrou resultados lineares, ou seja, alguns membros familiares conseguiram romper esse ciclo familiar, principalmente aqueles que permaneceram no campo e estão constituídos em grupos nucleares, conforme levantamento realizado. Essas últimas observações sugerem que, no caso das famílias pesquisadas, a vida na cidade mostrou-se como um aspecto que tende a favorecer o uso desse tipo recurso de sobrevivência, provavelmente, pela sua fronteira com a mendicância e pela vulnerabilidade social que esses grupos enfrentam na metrópole, apesar de que estudos revelam que a exploração do trabalho infantil na zona rural apresenta níveis acentuados" (AZEVEDO & HUZAK, 1994; e SILVA, 1997).

Diante da diversidade e multiplicidade de facetas que interagem neste fenômeno sistêmico e complexo, desenvolveu-se no último capítulo deste estudo, uma reflexão sobre os possíveis comprometimentos da presença do trabalho infantil nessas famílias, em decorrência das inversões de papéis familiares, da dependência dessa estratégia para a sobrevivência do grupo e

da exposição aos constantes constrangimentos físicos e morais dos grupos pesquisados. O conceito de identidade foi o elemento balizador que se interpôs entre as categorias infância, trabalho e família, tendo sido aplicado na sua vertente dialética, pois reconhece as contradições sociais presentes na realidade dos pequenos trabalhadores alvo desta investigação. Dentro dessa perspectiva, a discussão sobre a identidade apresenta também um caráter político, já que considera a relação indivíduo/sociedade enquanto movimento que denota momentos de diferenciação necessários à revelação da singularidade do sujeito e de pertencimento grupal e coletivo.

No que se refere à atividade do trabalho humano, seria inviável discuti-lo separado das questões relativas aos complexos processos de constituição da identidade. Foi constatado nesta pesquisa, por exemplo, que a dependência do trabalho infantil para a complementação da renda familiar debilita a força simbólica da autoridade do pai, tido como o principal “provedor” pelo grupo. Aqui, nota-se que, além de um papel familiar comprometido, a representação de uma figura masculina que deva demonstrar valores morais como “trabalhador e honesto” torna-se, também, afetada, tanto que as mães reclamavam: *“Um homem que é homem não faz isso com os filhos: pôr eles pra trabalhar...”* Este pai acaba sendo cobrado pela sua falta de responsabilidade sem uma compreensão do contexto de violência estrutural no qual estão inseridos como trabalhadores explorados, desempregados, etc.

O olhar sistêmico quanto à organização dos papéis e das funções familiares possibilitou visualizar que quando há comprometimentos nas fronteiras entre os territórios que definem atribuições e responsabilidades de cada subsistema do grupo todos os membros da família são atingidos por mecanismos de ação e retroalimentação simultâneos. Nesse sentido, foi observado que tarefas são deslocadas e até descentradas de umas figuras para outras. Na maioria das famílias pesquisadas, as crianças transformaram-se nos principais “provedores” do grupo para tentar substituir a ausência paterna. Os pais impossibilitados de assumirem esse lugar foram reduzidos a “genitores”, e as mães, se vendo sobrecarregadas com a dupla jornada de cuidadoras e de protetoras da prole no lar e no trabalho infantil.

Em seqüência e em complementaridade a isso, verificou-se que esses pequenos trabalhadores são vistos como “objetos de paparicação” dos seus fregueses ou “objetos da piedade” alheia, representações que também acabam constituindo a identidade desses sujeitos. As imagens de

“engraçadinhos” e de “pobrezinhos infelizes”, são exploradas pelas famílias e pelos compradores/doadores. Trata-se de uma construção social que se dá no campo da intersubjetividade e que ocorre dentro de uma sociedade dividida em classes. Eis o aspecto político presente nessa discussão. Isso mostra que o fenômeno da identidade não pode ser olhado de forma unilateral, mas nos seus contrastes, tendo a dialética como possibilidade teórica capaz de reconhecer essa dinâmica interativa.

Por outro lado, os genogramas indicaram que o trabalho infantil representa uma circularidade que se repete por, pelo menos, três gerações nas famílias estudadas. Esse fator histórico configurou-se como um traço da identidade familiar, uma estratégia transmitida para enfrentar situações de precariedade, pois quando se aprende a “tirar uma casa da rua” por meio da mão-de-obra infantil fica difícil romper com esse ciclo cultural. Tal evidência mostra o “fatalismo histórico” atribuído à ocorrência desse enredo transgeracional. Nesses momentos, observam-se os perigos de uma visão estática em relação ao conceito de identidade, pois não se concebe a emergência de metamorfoses na sua configuração. Numa perspectiva dialética ocorre o oposto; valoriza-se a contradição e faz-se dela o principal instrumento de mudanças para novas construções.

Os constrangimentos físicos e morais sofridos nas ruas devido às constantes exposições a humilhações, preconceitos, tentativas de rapto e estupro, atropelamentos, furtos e demais circunstâncias aviltantes também fazem parte da composição da auto-imagem desses sujeitos. A vergonha representa um sentimento moral de quem se percebe numa circunstância de rebaixamento diante do outro. Por outro lado, esses pequenos trabalhadores passam a exercer uma posição de destaque nas suas famílias, funcionando como “guardiães da sobrevivência familiar”. Nesse sentido, ter discutido as conexões existentes entre trabalho infantil, família e identidade mostrou-se como um exercício relevante para este estudo, pois apontou a imbricada rede de relações históricas e sociais que contribuem para a produção desses fenômenos, como também as conseqüências dessa realidade para a vida dos pequenos trabalhadores e seus familiares. A perspectiva dialética, aliada à visão sistêmica e à abordagem histórica e social, permitiu visualizar não só a contradição mas, também, a complementaridade dos complexos elementos presentes neste contexto.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Quanto aos estudos futuros que podem complementar o delineamento apresentado por esta pesquisa, aponto a necessidade da produção de trabalhos que vão além dos aspectos jurídicos, econômicos e demográficos presentes nesta realidade pesquisada, ampliando essa discussão para os níveis simbólicos, culturais e históricos que participam da configuração do trabalho infantil. Nesse sentido, um olhar hermenêutico, aliado a uma visão histórica e social, mostra-se como importante instrumento para a interpretação desse campo simbólico.

No entanto, essa proposição exige uma ruptura com modelos fragmentados de atenção ao assunto, buscando, dessa forma, a partir de trabalhos baseados numa metodologia de redes sociais (DABAS, 1995, e SLUZKI, 1997), evitar superposições de políticas públicas e enfoques circunscritos a um único objeto de estudo, que acabam colocando em detrimento as demais variáveis que atuam de forma intercorrente junto ao fenômeno. Nesse sentido, os investimentos científicos e sociais voltados para crianças em situação de risco precisam dilatar suas discussões e suas ações para a realidade sociofamiliar em que estes pequenos trabalhadores estão inseridos. Foi constatado, por exemplo, que os pais, as mães e os irmãos adolescentes encontram-se desempregados ou subempregados devido à baixa escolaridade e à conseqüente desqualificação profissional oriunda dessa condição social, mas não se encontraram propostas governamentais e não-governamentais que desenvolvessem trabalhos nessa direção, como a criação de cooperativas de produção ou outras formas de economia popular solidária. Porém, essas alternativas devem ser construídas coletivamente, com vistas a implicar os sujeitos na definição da sua vida pessoal e social. Nessas situações, o intelectual deixa de ser um especialista ou “expert”, mas alguém que tenta agregar instrumentos organizadores para um conhecimento co-construído.

A escola deve caminhar nessa mesma perspectiva, ou seja, transformar-se num espaço onde o *Ser Criança* seja reconhecido tanto na sua singularidade quanto na sua diversidade; deve representar aquele lugar aberto ao mundo lúdico, pois sem ele a criança não existe no seu tempo de existir, deve abrir-se a formas de expressão que facilitem a comunicação entre as crianças e sua rede social mais ampla; e deve tornar-se um espaço de convivência entre as diferenças e as semelhanças, para que se possa

construir coisas importantes para a vida. A escola representa um valor imprescindível para o *Ser Criança*, já que, segundo os pequenos trabalhadores, torna-se criança quando é possível: brincar, estudar e ter futuro.

Ter adotado uma metodologia que recorreu a “múltiplos olhares” e enfoques complementares em relação à temática estudada representou uma construção marcada de possibilidades que ampliaram o leque de compreensão das distintas facetas que compareciam durante o processo de interpretação e organização do estudo realizado. No entanto, processar a “costura” das diferentes abordagens teóricas utilizadas – a sistêmica, a dialética, a histórico-social e a hermenêutica - não constituiu tarefa fácil, pois a cada momento uma discussão remetia a outra e requiritava saltos mais abrangentes. Para entender as seqüências simbólicas presentes no mundo do trabalho infantil, por exemplo, dentro de uma visão hermenêutica, tornava-se necessário recorrer aos significados sociais e históricos dessa atividade na nossa cultura, que, por sua vez, esbarra em aspectos ligados à formação da identidade, tanto numa perspectiva dialética quanto num enfoque sistêmico, dependendo da situação examinada.

Avalio que as próximas pesquisas devem dar continuidade à investigação dos possíveis comprometimentos provocados pelo trabalho infantil na formação da identidade dos sujeitos expostos a essa realidade. É indispensável a discussão sobre trabalho e identidade. Dizer “que uma criança equivale a um adulto” significaria não reconhecê-los como seres humanos diferenciados e com necessidades distintas; seria retirar deles a condição de serem simbolizados e representaria retirar deles também a possibilidade de humanizar-se no lugar cultural em que estão situados. Contudo, não podem ficar restritas ao mundo familiar dos pequenos trabalhadores, mas devem ser ampliadas para o contexto dos compradores desses serviços. Não se pode esquecer que há um misto de caridade, filantropia, rejeição e solidariedade nesse enredo. Trata-se de algo situado no campo da intersubjetividade; logo, pede uma visão sistêmica e complexa diante das ações e das retroações que ocorrem neste contexto.

Finalizo concluindo que os primeiros passos dados nesse sentido foram significativos. Ficou demonstrado que a inversão de papéis familiares, a dependência dessa estratégia trigeracional de sobrevivência familiar e os constrangimentos físicos e morais sofridos durante o trabalho infantil nas ruas da cidade, realmente, podem afetar de forma negativa a constituição da identidade desses sujeitos. Espero que o esforço despendido

para tentar compreender a imbricada rede de relações que compõem esse cenário social provoque nos interessados o surgimento de novas pesquisas e novas discussões em relação ao tema. Esse é o meu desejo, diante do resultado atingido a partir do diálogo estabelecido com o fenômeno pesquisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIAMPA, Antônio C. Identidade. In: *Psicologia Social: o homem em movimento*. 7ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CERVENY, Ceneide. Gravidez na Adolescência: uma perspectiva familiar. In: MACEDO, Rosa Maria de (org.). *Família e Comunidade*. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1996.
- CODO, Wanderley. Um Diagnóstico do Trabalho (Em busca do prazer) .In: TAMAYO, Alvaro, ANDRADE, Jairo Eduardo B. & CODO, Wanderley. *Trabalho, Organização e Cultura*. São Paulo: Coop. Autores Associados, 1997.
- COSTA, Liana Fortunato. Reuniões Multifamiliares: condição de apoio, questionamento e reflexão no processo de exclusão social de membros da família. In: *Ser Social: Exclusão Social e Situações de Risco*. Brasília-DF: SER/UnB, n.3, julho a dezembro de 1999.
- DABAS, Elina & NAJMANOVICH, Denise (compiladoras). *Redes el lenguaje de los vínculos: hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedade civil*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRANDESSO, Marilene A. *Sobre a reconstrução do significado: Uma Análise Epistemológica e Hermenêutica da Prática Clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- HUZAK, Iolanda & AZEVEDO, Jô. Crianças de Fibra. In: *Teoria e Debate*. n. 25, ano 7, jun-jul-ago/1994. p. 44-48.
- _____. *Crianças de Fibra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). *Família Brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MACEDO, Rosa Maria S.de & SOUZA, Rosane Mantilla de. In: MACEDO, Rosa Maria de (org.). *Família e Comunidade*. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Psicologia, 1996.
- NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- REY, Fernando González. *La Investigación Cualitativa en Psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: Educ, 1999.
- SARTI, Cinthya. *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos obres*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

- SAWAIA, Bader B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- SILVA, Maurício Roberto da Silva. *Trabalho e lazer: Reflexões introdutórias acerca dos sonhos das crianças brasileiras sem infância*. In: SOUSA, Eustáquia Salvadora de & VAGO, Tarcísio Mauro (orgs.). *Trilhas e Partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Ed. Cultura, 1997.
- SILVEIRA, Paulo (org.). *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1998.
- SLUZKI, Carlos E. *A Rede Social na Prática Sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e "Teorias" de famílias. In: *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez, 1995.